REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE AO USO INDISCRIMINADO DE MEDICAMENTOS EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

NURSES' ACTIONS REGARDING THE EXTENDED USE OF MEDICATIONS IN CHILDREN: A LITERATURE REVIEW

Ciências Biológicas, Ciências da Saúde • 26/04/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/777142028

Ana Maria Ferreira Oliveira[1]

Elizete Ferreira do Carmo[2]

Francisca Solange Silva Coelho[3]

Iasnaya Kammylly Silva Coelho[4]

Joyce Daiane Silva Coelho[5]

Luciana Aparecida da Silva[6]

Luísa Amélia Sampaio Cerqueira Aguiar[7]

Maria Alice Nascimento Carvalho[8]

Nayra Marcela Alves de Macedo[9]

Vanessa Farias Oliveira[10]

RESUMO

O uso indiscriminado de medicamentos em crianças constituiu um problema de saúde pública que expôs essa população a riscos como intoxicações, reações adversas e resistência antimicrobiana. Nesse contexto, o enfermeiro desempenhou papel essencial, atuando na orientação e no monitoramento de medicamentos, sobretudo por meio de ações de educação em saúde dirigidas a pais e responsáveis. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo analisar como ocorre a atuação do enfermeiro sobre o uso indiscriminado de medicamentos em crianças. A metodologia deste trabalho foi conduzida por meio de revisão integrativa da literatura, com busca em bases de dados relevantes e seleção de artigos que abordaram a prevenção e a educação no uso de medicamentos em pediatria. Foram incluídos artigos empíricos ou revisões sobre o uso de medicamentos em crianças e o papel do enfermeiro na educação e no monitoramento desse uso, publicados em português, inglês ou espanhol entre 2013 e 2024. O estudo evidenciou que o enfermeiro, por meio de orientação a pais e responsáveis, reduz intoxicações e reações adversas em crianças, promovendo o armazenamento seguro e o uso racional de fármacos. Alem disso demonstrou-se sua atuação na prevenção da resistência bacteriana, com reforço ao cumprimento de tratamentos antibióticos e campanhas educativas sobre riscos da automedicação. Por fim, destacou-se ainda seu papel na vigilância da prescrição e na comunicação multiprofissional, minimizando erros de medicação e fortalecendo a segurança do paciente pediátrico.

Palavras-chave: uso idenvido de medicamentos; crianças; riscos; intervenção da enfermagem.

ABSTRACT

The indiscriminate use of medications in children constitutes a

public health problem that exposes this population to risks such as poisoning, adverse reactions, and antimicrobial resistance. In this context, nurses play an essential role by providing guidance and monitoring medication use, especially through health education actions aimed at parents and caregivers. Thus, this study aimed to analyze how nurses intervene in the indiscriminate use of medications in children. The methodology was conducted through an integrative literature review, using relevant databases and selecting articles that addressed prevention and education related to pediatric medication use. Included articles were empirical studies or reviews on medication use in children and the nurse's role in educating and monitoring such use, published in Portuguese, English, or Spanish between 2019 and 2024. The study showed that nurses, through guidance to parents and caregivers, reduce poisonings and adverse reactions in children, promoting safe storage and rational drug use. Furthermore, their role in preventing bacterial resistance was highlighted, with reinforcement of antibiotic treatment adherence and educational campaigns on the risks of self-medication. Finally, the study emphasized their role in prescription surveillance and multiprofessional communication, minimizing medication errors and strengthening pediatric patient safety.
Keywords: medication misuse; children; risks; nursing intervention.

1. INTRODUÇÃO

A utilização descontrolada de remédios por crianças é um problema cada vez maior na saúde pública, devido à fragilidade desse grupo e à falta de orientação dos pais ou responsáveis (Higa *et al.*, 2022). Frequentemente, a automedicação é considerada como uma alternativa imediata para questões de saúde que parecem simples, o

que pode acarretar em problemas sérios, como envenenamentos, efeitos colaterais e resistência aos medicamentos. Essa questão se torna mais grave devido à possibilidade fácil de adquirir remédios sem receita e à carência de informações adequadas sobre os perigos do uso exagerado ou errado de medicamentos infantis.

Nesse sentido, Higa *et al*. (2022) falam que o uso indiscriminado de medicamentos em crianças é uma preocupação crescente no âmbito da saúde pública, principalmente pela vulnerabilidade desta população e pelos riscos associados ao uso inadequado de fármacos, como reações adversas, resistência antimicrobiana e interações medicamentosas.

Dessa forma, as crianças, principalmente aquelas com menos de cinco anos, são consideradas um dos grupos mais suscetíveis às intoxicações. Entretanto, mesmo com os progressos nas iniciativas de prevenção de acidentes infantis, Almeida *et al*. (2022) apontam que a quantidade de crianças que buscam atendimento médico devido a intoxicações agudas continua sendo alta, o que gera preocupação entre os profissionais da saúde. Adicionalmente, acidentes domésticos com crianças ocorrem com frequência, porém não são adequadamente atendidos pelas autoridades de saúde públicas e privadas.

O papel fundamental na promoção da educação em saúde é desempenhado pelo enfermeiro, que é considerado o principal profissional no cuidado. De acordo com Xavie *et al*. (2013), a abordagem educativa em Enfermagem, voltada para a promoção da saúde, é amplamente aceita como eficaz para lidar com vários problemas de saúde que impactam as comunidades.

A educação em saúde, no campo da Enfermagem, busca estabelecer um diálogo reflexivo entre o profissional e o paciente, conscientizando-o sobre a relação entre saúde e doença, permitindo que o paciente se veja como agente transformador de sua própria realidade (Sousa *et al.*, 2010). Além disso, promove a qualidade de vida ao integrar conhecimentos técnicos, saberes populares, recursos comunitários e institucionais, superando a visão biomédica tradicional e considerando os múltiplos determinantes do processo de saúde, doença e cuidado.

Dentro desse cenário, o papel do enfermeiro se torna crucial na prevenção do uso indiscriminado de medicamentos em crianças. O profissional de enfermagem, que atua diretamente no cuidado infantil, está em uma posição estratégica para educar os pais e responsáveis, além de monitorar a administração segura dos medicamentos (Xavie *et al.*, 2013). No entanto, as práticas do enfermeiro referentes a orientação sobre o uso correto de medicamentos ainda precisam ser mais bem compreendidas e valorizadas. Desse modo, surgiu o seguinte problema: Como ocorre a atuação do enfermeiro frente ao uso indiscriminado de medicamentos em crianças?

A utilização excessiva de remédios por crianças é uma questão importante na área da saúde pública, devido ao grande perigo de complicações causadas pelo uso incorreto de medicamentos. Dessa form, a falta de indicações precisas sobre a quantidade e tempo de uso de medicamentos muitas vezes aumenta os perigos.

Nesse contexto, o enfermeiro tem um papel importante na promoção da utilização adequada de remédios, contribuindo tanto na prevenção quanto no aconselhamento dos familiares e

cuidadores. Sua participação na área da educação em saúde pode ter um impacto importante na diminuição dos casos de uso incorreto de medicamentos, já que o enfermeiro está intimamente ligado aos cuidados diários das crianças, podendo monitorar e orientar de forma contínua. O ensino sobre saúde fornecido por esses especialistas é fundamental para capacitar os pais a fazer escolhas mais seguras e informadas sobre a utilização de remédios.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar como ocorre a atuação do enfermeiro sobre o uso indiscriminado de medicamentos em crianças.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Uso Racional de Medicamentos na Infância

O uso racional de medicamentos na infância refere-se à administração correta de fármacos quanto à dose, à duração do tratamento e à indicação clínica, considerando as particularidades fisiológicas e metabólicas da faixa etária pediátrica. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o uso racional ocorre quando os pacientes recebem medicamentos apropriados às suas necessidades clínicas, nas doses adequadas, pelo tempo necessário e com o menor custo possível para o indivíduo e a sociedade (Souza; Ferreira; Cruz, 2015).

As crianças, especialmente nos primeiros anos de vida, possuem um metabolismo imaturo e uma capacidade reduzida de excreção renal e hepática, o que as torna mais vulneráveis aos efeitos adversos dos medicamentos. Além disso, fatores como a amamentação e o período gestacional também interferem na ação dos fármacos,

podendo acarretar riscos mesmo em medicamentos tópicos ou de uso aparentemente inofensivo (Souza; Ferreira; Cruz, 2015).

Em estudo realizado por Maniero *et al*. (2018), verificou-se que 56,9% das crianças entre zero e cinco anos haviam utilizado pelo menos um medicamento nos 15 dias anteriores à pesquisa, e 31,1% foram expostas à automedicação. Além disso, 19,1% utilizaram medicamentos de forma incorreta, com erros relacionados à dose, intervalo entre administrações ou duração do tratamento. Questões como armazenamento inadequado e falta de bula também foram evidenciadas, comprometendo ainda mais a segurança terapêutica.

Nesse contexto, a atuação educativa dos profissionais da saúde, sobretudo enfermeiros e farmacêuticos, torna-se fundamental para garantir o uso seguro e eficaz dos medicamentos pediátricos. Souza, Ferreira e Cruz (2015) destacam a importância da Atenção Farmacêutica como prática centrada na orientação direta ao paciente e seus cuidadores. A experiência da autora na elaboração de bulas com linguagem acessível e elementos lúdicos para medicamentos pediátricos evidencia a necessidade de adequação comunicacional como estratégia de educação em saúde, permitindo maior compreensão e adesão ao tratamento, especialmente entre populações com baixa escolaridade.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a crescente medicalização da infância. De acordo com Alves, Brandão e Bacelar Júnior (2021), há um aumento na prescrição de psicofármacos para crianças, muitas vezes como resposta a questões comportamentais e sociais que extrapolam o campo da medicina. Esse fenômeno, denominado medicalização, reflete uma visão biologicista do comportamento infantil, frequentemente reforçada pela influência

da indústria farmacêutica e pela pressão de instituições educacionais. A banalização dos diagnósticos e a associação precoce de crianças a transtornos como TDAH demonstram a urgência de um olhar crítico e multidisciplinar sobre o uso de medicamentos na infância.

Estudos como o de Semtchuk, Labegalini e Iamaguchi-Luz (2012) reforçam a importância de compreender os padrões de consumo de medicamentos entre crianças em idade pré-escolar, como indicador indireto da qualidade dos serviços de saúde. No levantamento realizado em Centros de Educação Infantil no município de Maringá (PR), 78% das crianças haviam consumido medicamentos recentemente. Tal cenário evidencia a necessidade de ampliar a educação em saúde voltada a pais e cuidadores, promovendo o uso racional e prevenindo práticas de automedicação.

Portanto, a promoção do uso racional de medicamentos na infância exige ações educativas contínuas, voltadas tanto aos profissionais quanto à população, com foco na segurança, na efetividade terapêutica e no respeito às especificidades pediátricas. A integração entre os setores da saúde e da educação é essencial para enfrentar a medicalização excessiva e garantir que o cuidado com a criança seja pautado em evidências científicas, empatia e responsabilidade social.

2.2. Automedicação e Intoxicações em Crianças

.A automedicação é definida como a prática de administrar medicamentos sem prescrição ou orientação de um profissional da saúde, sendo especialmente comum no ambiente doméstico. Na infância, essa prática representa um fator de risco significativo para

intoxicações agudas, principalmente em crianças de 0 a 4 anos, cuja curiosidade natural e imaturidade fisiológica as tornam mais vulneráveis aos efeitos adversos dos fármacos.

De acordo com Nunes, Vilela e Siqueira (2022), a automedicação infantil está fortemente associada à influência parental. Muitos pais, por falta de informação ou por experiências anteriores, recorrem à administração de medicamentos por conta própria, acreditando estar agindo corretamente. Essa conduta, no entanto, pode resultar em sérias complicações à saúde da criança. Nesse cenário, o enfermeiro assume papel estratégico na promoção de ações educativas e preventivas, tanto em consultas quanto em visitas domiciliares, orientando famílias sobre os riscos da automedicação e a importância do uso racional de medicamentos.

Costa *et al.* (2022) apontam que as intoxicações em crianças pequenas decorrem, majoritariamente, da ingestão acidental de medicamentos acessíveis no ambiente doméstico. Esses casos revelam não apenas falhas no armazenamento seguro dos medicamentos, mas também a urgência de políticas e práticas educativas voltadas à prevenção desses acidentes. A atuação preventiva do enfermeiro é essencial, sobretudo na orientação sobre o acondicionamento seguro de substâncias potencialmente tóxicas.

Outro agravante destacado na literatura é o uso indiscriminado de antibióticos, que pode causar resistência bacteriana, reações adversas e desequilíbrios na microbiota intestinal infantil. Conforme Ferreira *et al.* (2021) e Pinho *et al.* (2024), a resistência bacteriana é um problema crescente também entre crianças, impulsionado pelo uso inadequado e frequente desses medicamentos sem prescrição. O enfermeiro, neste contexto, deve promover campanhas de

conscientização e atuar como educador, fiscalizando a correta utilização de antibióticos e reforçando a necessidade de respeitar a prescrição médica e os protocolos de tratamento.

Casos específicos, como o uso de medicamentos em situações de dengue, também exigem atenção redobrada. Ribeiro e Silva (2024) alertam para o risco de agravamento do quadro clínico em decorrência da escolha inadequada de fármacos. A automedicação, nesses casos, pode levar a efeitos colaterais severos ou interações medicamentosas perigosas. Assim, o enfermeiro deve oferecer orientações claras durante atendimentos ambulatoriais e domiciliares, esclarecendo quais medicamentos são contraindicados em casos suspeitos ou confirmados de arboviroses.

Portanto, a automedicação infantil é uma prática que envolve riscos clínicos e sociais expressivos. A sua prevenção requer um trabalho contínuo de educação em saúde, vigilância e acolhimento por parte dos profissionais da atenção primária, com destaque para o papel do enfermeiro como agente de transformação e segurança no cuidado à saúde da criança.

2.3. Atuação do Enfermeiro na Atenção Básica e Pediatria

A atuação do enfermeiro na atenção básica e na pediatria compreende um conjunto de ações voltadas ao cuidado, à prevenção e à orientação da população infantil e de seus cuidadores. Por estar em contato direto com as famílias, esse profissional tem papel essencial na triagem, no acompanhamento do desenvolvimento infantil e, especialmente, na orientação quanto ao uso seguro de medicamentos.

No contexto da atenção primária à saúde, o enfermeiro possui competências legais e práticas que o autorizam a realizar educação em saúde, prescrever medicamentos padronizados (segundo protocolos e diretrizes do SUS), identificar sinais de agravamento clínico e atuar na promoção do uso racional de fármacos. Segundo Gonçalves *et al.* (2020), cabe também ao enfermeiro a identificação e a notificação de erros de prescrição, contribuindo diretamente para a segurança do paciente pediátrico. Para isso, é necessário que esse profissional seja capacitado para interpretar prescrições, reconhecer interações medicamentosas e se comunicar de maneira eficaz com a equipe multiprofissional.

A abordagem interprofissional, por sua vez, é indispensável para o cuidado integral da criança. O trabalho articulado entre enfermeiros, médicos, farmacêuticos e agentes comunitários de saúde permite maior efetividade na prevenção de intoxicações e no enfrentamento da automedicação. De acordo com Paim e Muller (2015), o uso de medicamentos sem prescrição médica é uma prática frequente na infância, e suas consequências podem ser agravadas pela fisiologia diferenciada das crianças, que as torna mais suscetíveis a reações adversas e intoxicações. Nesse sentido, o enfermeiro deve promover ações educativas contínuas, especialmente em Unidades Básicas de Saúde (UBS), durante campanhas de vacinação, atendimentos de puericultura e visitas domiciliares.

Além disso, é comum que pais e responsáveis administrem medicamentos com base em experiências anteriores, sem considerar as especificidades do novo quadro clínico. Conforme Silva, Martins e Carvalho (2019), esse comportamento reforça a necessidade de o enfermeiro estabelecer um vínculo de confiança com a família, transformando a consulta de enfermagem em um

espaço de escuta ativa, acolhimento e desmistificação de práticas inadequadas.

Xavier *et al.* (2021) ressaltam que a automedicação está profundamente enraizada em fatores culturais e sociais, sendo um desafio que transcende o campo biomédico. Assim, a atuação do enfermeiro deve incorporar também um olhar comunitário e sociopolítico, capaz de promover transformações reais por meio da educação em saúde. Estratégias coletivas, com linguagem acessível e adaptadas às realidades locais, são fundamentais para reduzir os índices de automedicação, sobretudo entre crianças e adolescentes que reproduzem condutas familiares (Nunes; Vilela; Siqueira, 2022).

Outro ponto relevante diz respeito à formação ética e crítica dos futuros profissionais. Lima, Silva e Medeiros (2023) apontam que até mesmo estudantes de enfermagem, ao adquirirem conhecimento técnico, podem se sentir seguros para praticar a automedicação. Isso demonstra a importância de uma formação acadêmica que valorize o autocuidado responsável, o compromisso com a promoção da saúde e o incentivo à prática segura no uso de medicamentos, desde os primeiros anos da graduação. Assim, a atuação do enfermeiro na atenção básica e pediatria vai além da execução de procedimentos. Ela envolve uma prática educativa, humanizada e crítica, capaz de fortalecer o cuidado infantil, prevenir danos e promover saúde de forma segura e consciente.

3. METODOLOGIA

Este estudo consistiu em uma revisão integrativa da literatura, uma metodologia que permite a síntese e análise crítica dos estudos relevantes sobre o tema escolhido. Segundo Souza *et al.* (2017), a

revisão integrativa é apropriada para o desenvolvimento de conclusões abrangentes a partir de estudos prévios, possibilitando a identificação de lacunas na literatura e oferecendo subsídios para futuras pesquisas e práticas clínicas. As etapas da revisão foram definidas conforme o objetivo do estudo e basearam-se em critérios rigorosos de seleção e análise dos estudos.

A primeira etapa da revisão integrativa foi a definição clara do problema de pesquisa e a formulação de uma questão que norteasse a investigação. Assim, este trabalho buscou responder à seguinte questão: Como ocorre a atuação do enfermeiro frente ao uso indiscriminado de medicamentos em crianças? Para estruturar a questão, utilizou-se a estratégia PICO, que considerou: P - População (crianças em contexto de saúde), I - Intervenção (orientação e monitoramento de medicamentos), C - Comparação (práticas com e sem orientação profissional), e O - Resultados (redução no uso inadequado de medicamentos).

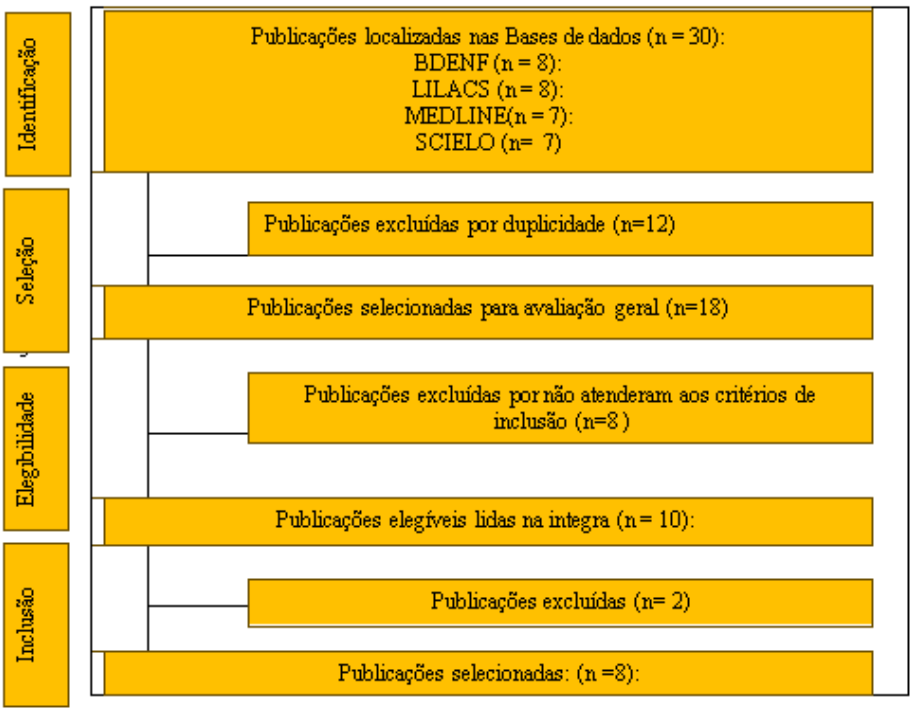
A coleta de dados buscou artigos científicos, publicados nas bases de dados: Base de dados de Enfermagem (BDENF), *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Literatura Latino-Americana, *National Library of Medicine's* (MEDLINE), Google acadêmico e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). e. Os DECS (Descritores em Ciências da Saúde) utilizados nas buscas incluíram termos específicos em português, inglês e espanhol, como “Automedicação”, “Erros de medicação”, “crianças” e “enfermagem”, aplicando-se operadores booleanos ("AND") para uma filtragem mais precisa. A busca foi limitada a artigos cujo foco se alinhasse ao tema e que estivessem disponíveis para acesso integral. Foi utilizada a seguinte com combinação nas buscas: (Uso Indevido de Medicamentos sem Prescrição) AND (crianças) AND (enfermagem)

Os artigos incluídos foram apenas pesquisas empíricas sobre o uso de medicamentos em crianças, bem como abordar o papel do enfermeiro na educação e no acompanhamento desse uso.

Foram considerados para análise os estudos publicados em português e inglês nos publicados entre 2013 e 2024, entretanto, foram incluídos três estudos com recorte temporal superior a delimitação, visando contemplar sua relevância para a abordagem do conteúdo dentro do escopo desse artigo. Em relação aos critérios de exclusão foram descartadas revisões bibliográficas, teses, dissertações e livros, além de produções que não estivessem alinhados com o tema central e pesquisas duplicadas dentro das bases de dados. Não foram considerados na pesquisa trabalhos que não respondessem aos objetivos traçados, ou seja, além dos quais não abordassem a temática do estudo.

A coleta dos dados foi realizada a partir da seleção inicial, com uma triagem para verificar se atendiam aos critérios de inclusão e exclusão. A triagem seguiu o modelo PRISMA, com etapas de leitura de títulos, resumos e análise completa dos textos elegíveis. A figura 1 apresenta o fluxograma das fases de identificação, seleção, elegibilidade dos estusos.

Figura 1 - Fluxograma de Pesquisa



Fonte: autoras, 2026.

Onde foram encontrados 30 artigos, sendo selecionados 18 artigos para constituir a avaliação geral, onde forma excluídos 12 por apresentarem duplicidade na publicação dentro das bases de dados. Após isso, foram excluídas mais 8 publicações por não atenderam os critérios de inclusão, restando 10 publicações elegíveis para uma avaliação abrangente. Por fim, foi excluída 2 publicações devida não está alinhada com a questão de pesquisa do estudo, sendo apenas 8 estudos selecionados para a revisão.

Os dados extraídos foram organizados em uma tabela contendo: autor/ano, periódico, idioma, objetivos e principais achados. Após isso a análise dos artigos foi realizada por meio de duas categorias elaboradas de forma a responder à pergunta de pesquisa adotada nesse estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

Foi construída a tabela 1 apresenta os estudos que continham informações como: autor/ano, base de dados, idioma objetivo e

principais achados

Tabela 1 - Caracterização das publicações quanto ao autor/ano, base dados, idioma , objetivo e principais achados.

Nº	Autores / Ano	Base de dados	Idiomas	Objetivo	Princip Achad
1	Silva *et al*, 2018	MEDLINE	Português	Conhecer como se dá a prática da automedic ação em crianças por seus pais.	A autome ação ocorr em ca de feb dor cólica; medica

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: https://revistatopicos.com.br/artigos/atuacao-do-enfermeiro-frente-ao-uso-indiscriminado-de-medicamentos-em-criancas-uma-revisao-de-literatura?noblockage

Fonte: autoras, 2026.

Para a discussão dos artigos foi construída duas categorias de analise dos estudos: a) A atuação do enfermeiro na prevenção e identificação de erros de medicação em crianças; b) A atuação educativa do enfermeiro frente à automedicação infantil.

4.1. A Atuação do Enfermeiro na Prevenção e Identificação de Erros de Medicação em Crianças

A automedicação infantil, frequentemente praticada por pais e cuidadores, representa um desafio persistente para a segurança do

cuidado pediátrico. Estudos como os de Silva *et al.* (2018) e Klein *et al.* (2020) destacam que essa prática é motivada, em grande parte, por sintomas comuns como febre e dor, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e orientações anteriores fornecidas por profissionais. Nesse contexto, o enfermeiro emerge como um agente fundamental na educação em saúde, sendo responsável por orientar as famílias quanto ao uso correto de medicamentos e aos riscos envolvidos na automedicação.

Tal atuação deve ir além da abordagem pontual e reativa, englobando ações contínuas de prevenção ao uso irracional de fármacos. Nesse sentido, Picco *et al.* (2022) ressaltam falhas estruturais no acompanhamento infantil, como a ausência de seguimento adequado, o que reforça o papel estratégico do enfermeiro na atenção primária como articulador de um cuidado seguro, longitudinal e centrado na criança.

A contribuição do enfermeiro não se limita à orientação familiar, mas se estende à promoção de práticas seguras dentro das instituições de saúde. A tese de Balancho (2024) sublinha que a educação permanente com equipes e cuidadores tem impacto direto na redução dos erros terapêuticos, especialmente em pediatria, onde a vulnerabilidade dos pacientes exige atenção redobrada. Essa perspectiva reforça a importância de o enfermeiro liderar a implementação de protocolos clínicos, promovendo uma cultura de segurança no processo de administração medicamentosa.

Além disso, Souza *et al.* (2020) acrescentam uma dimensão complementar à atuação do enfermeiro ao apontarem a necessidade de incentivar o uso de medidas não farmacológicas, sempre que possível, como no manejo da cólica infantil. Essa

abordagem não apenas evita intervenções desnecessárias, como também contribui para a redução da exposição precoce a medicamentos e seus potenciais efeitos adversos.

Entretanto, o problema da automedicação não está restrito ao ambiente domiciliar. Costa *et al.* (2019) revelam que até mesmo estudantes de cursos da área da saúde como Enfermagem e Farmácia recorrem à automedicação para seus filhos, o que evidencia falhas na formação profissional e na internalização dos riscos relacionados ao uso indiscriminado de medicamentos. Isso amplia o campo de atuação do enfermeiro como educador em saúde, incluindo a promoção da conscientização sobre práticas seguras dentro das instituições de ensino e entre futuros profissionais.

A dimensão sociocultural da automedicação também é abordada por Silva e Silva (2023) e Telles Filho e Pereira Júnior (2013), que apontam a baixa participação dos enfermeiros nas orientações medicamentosas (apenas 2,8% das indicações), o que sugere um espaço ainda pouco explorado por esse profissional. Essa lacuna demonstra a urgência de integrar o enfermeiro de forma mais efetiva nas estratégias de educação em saúde, promovendo uma escuta qualificada e intervenções voltadas à segurança medicamentosa no cuidado infantil.

Dessa forma, os estudos analisados convergem para a compreensão de que o enfermeiro ocupa um lugar central na prevenção e identificação de erros de medicação em crianças. Sua atuação se manifesta por meio de práticas clínicas seguras, orientação contínua aos cuidadores e desenvolvimento de protocolos eficazes. Enfrentar os desafios impostos pela automedicação e pelo uso inadequado de

fármacos requer uma postura proativa, educativa e integrada do enfermeiro, articulada com as famílias, equipes multiprofissionais e as políticas de saúde pública.

4.2. A Atuação Educativa do Enfermeiro Frente à Automedicação Infantil no Ambiente Domiciliar

A automedicação infantil configura-se como uma prática recorrente no cotidiano de muitas famílias brasileiras, resultante de múltiplos fatores interligados. Entre os principais elementos estão as condições socioeconômicas precárias, a dificuldade de acesso a serviços de saúde, as longas filas para atendimento médico e a cultura de autossuficiência no cuidado com a saúde. Estudos como os de Silva *et al*. (2018) e Klein *et al*. (2020) revelam que pais e responsáveis, ao lidarem com sintomas considerados comuns como febre, dor, tosse e coriza, frequentemente optam pelo uso de medicamentos sem prescrição médica, baseando-se em experiências anteriores ou na recomendação de familiares, farmacêuticos ou amigos.

Diante dessa realidade, o enfermeiro assume um papel central e estratégico na promoção da educação em saúde, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde e das Unidades de Saúde da Família (USF). Sua atuação vai além das práticas assistenciais e clínicas, incorporando uma dimensão educativa que visa conscientizar e empoderar os cuidadores sobre o uso racional e seguro de medicamentos. Conforme destacam Picco *et al*. (2022) e Balancho (2024), o enfermeiro atua em diferentes espaços consultas de enfermagem, rodas de conversa, campanhas comunitárias, reuniões escolares e visitas domiciliares levando informações acessíveis, dialogando com a realidade das famílias e promovendo

uma escuta ativa que fortalece o vínculo e a confiança entre profissional e comunidade.

Essas ações educativas não se limitam à transmissão de conhecimento técnico, mas têm como objetivo transformar comportamentos e atitudes enraizadas na cultura familiar. Louzeiro da Costa *et al*. (2019) e Souza *et al*. (2020) ressaltam que o ambiente domiciliar é um espaço privilegiado para o trabalho preventivo do enfermeiro, especialmente por meio das visitas domiciliares, que possibilitam uma abordagem mais sensível e contextualizada. Nesses momentos, é possível identificar práticas como o uso de "receitas de gaveta" medicações prescritas para outras ocasiões, a administração de medicamentos caseiros sem respaldo científico, e o desconhecimento sobre os riscos de interações medicamentosas ou efeitos colaterais.

Outro ponto crítico é a escassez de profissionais especializados, como pediatras, que somada à lentidão do sistema público de saúde, leva os cuidadores a recorrerem a soluções imediatistas e muitas vezes perigosas. Picco *et al*. (2022) evidenciam como essa conjuntura fragiliza o acompanhamento infantil e reforça a necessidade de uma presença mais ativa do enfermeiro na rotina das famílias. Ao atuar como educador em saúde, o enfermeiro contribui para minimizar o impacto das lacunas do sistema, promovendo autonomia responsável e decisões mais seguras por parte dos cuidadores.

Para que essa atuação educativa seja eficaz, é fundamental que ela não ocorra de forma isolada ou esporádica, mas que esteja integrada a uma política contínua de cuidado e prevenção. Balancho (2024) enfatiza que a segurança medicamentosa na infância depende

tanto da capacitação constante das equipes de enfermagem quanto do fortalecimento das habilidades dos cuidadores. O empoderamento familiar, nesse sentido, é um processo que envolve troca de saberes, respeito às experiências prévias e desconstrução de mitos, contribuindo para a construção de uma prática de cuidado mais crítica e consciente.

Além disso, a abordagem educativa do enfermeiro deve considerar os determinantes sociais da saúde, reconhecendo que a automedicação infantil é também reflexo das desigualdades sociais, da desinformação e da baixa escolaridade de parte da população. O trabalho de educação em saúde deve, portanto, ser intersetorial, envolvendo parcerias com escolas, centros comunitários e políticas públicas que ampliem o acesso à informação e ao cuidado integral.

Diante do exposto, a atuação do enfermeiro frente à automedicação infantil no ambiente domiciliar é uma estratégia essencial para a promoção da saúde e prevenção de riscos. Ao aliar conhecimento técnico, sensibilidade social e práticas educativas contextualizadas, o enfermeiro contribui para a redução de comportamentos inseguros, promove o uso racional de medicamentos e fortalece o cuidado humanizado e centrado na criança e na família. Essa atuação, articulada com a comunidade e os demais profissionais de saúde, representa um avanço significativo na construção de uma cultura de segurança e responsabilidade no uso de fármacos na infância.

5. CONCLUSÃO

A finalização desse estudo foi satisfatória e foi possível atingir o objetivo de analisar como ocorre a atuação do enfermeiro frente ao uso indiscriminado de medicamentos em crianças por meio de

revisão integrativa da literatura. Constatou-se que o enfermeiro desempenha funções estratégicas tanto no ambiente institucional identificando erros de dosagem, implementando protocolos de segurança e orientando equipes multiprofissionais para reduzir eventos adversos quanto no contexto domiciliar, onde conduz visitas, rodas de conversa e campanhas educativas conscientizando os pais e responsáveis sobre os riscos da automedicação infantil. Essas intervenções promovem o uso racional de fármacos, fortalecem o vínculo família–profissional e contribuem para a construção de uma cultura de segurança medicamentosa.

Entretanto, a pesquisa apresenta limitações importantes: a restrição temporal a baixa identificação de estudo dentro do recorte temporal de 2013–2024, sendo necessário a inclusão de alguns estudos mais antigos. Além disso, a dependência de artigos disponíveis para acesso integral, gratuitos impossibilita acesso a muitos estudos contribuindo com a discussão do tema.

Apesar dessas limitações, conclui-se que o enfermeiro é peça-chave na prevenção e no combate ao uso irracional de medicamentos em crianças, atuando como elo entre as famílias e o sistema de saúde para promover práticas seguras e educativas. Para aprofundar esse tema, recomenda-se a execução de futuras pesquisas avaliem intervenções em regiões rurais, comparem diferentes modelos de atenção primária e investiguem o uso de tecnologias digitais como ferramenta de suporte, de modo a ampliar a eficácia das estratégias preventivas e educativas lideradas pelo enfermeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. et al. Intoxicações Agudas em Pediatria. **Lusiadas Scientific Journal,** v. 3, n. 1, p. 8-14, 2022. Disponível em: https://scholar.archive.org/work/hvuza2en2fhb3asj7jduhmliqi/access/wayback/https://lusiadasscientificjournal.pt/index.php/lsj/article/download/87/53. Acesso em: 12 jan. 2026.

ALVES, F. C. C.; BRANDÃO, M. B. F.; BACELAR JÚNIOR, A. J. A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa. **Mental,** v. 13, n. 24, p. 1-25, 2021. Disponível https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-44272021000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jan. 2026.

BALANCHO, P. I. S. **Práticas seguras na utilização da medicação em enfermagem de saúde infantil e pediátrica.** 2024. Tese de Doutorado. Disponível em: https://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalhoacademicoatual.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

COSTA, A. B. O. et al. Principais causas de intoxicação em crianças: uma revisão integrativa. **E-Acadêmica,** v. 3, n. 1, p. e1631109-e1631109, 2022. Disponível em: https://eacademica.org/eacademica/article/download/109/101. Acesso em: 10 jan. 2026.

COSTA, E. C. L.; SILVA, D. G. N.; RIBEIRO, L. T. Carvalho. Perigos da automedicação de crianças: análise de dados a partir da aplicação de questionário a discentes dos cursos de enfermagem e farmácia da Faculdade Estácio de Carapicuíba. **Revista Remecs - Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde,** p. 62, 2019. Disponível

em: http://revistaremecs.com.br/index.php/remecs/article/view/247. Acesso em: 10 jan. 2026.

FERREIRA, E. M. S. et al. Os riscos que o uso indiscriminado de antibióticos pode ocasionar em crianças: uma revisão bibliográfica. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218,** v. 2, n. 11, p. e211901-e211901, 2021. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/901. Acesso em: 11 jan. 2026.

GONÇALVES, M. F. et al. Prescrição médica e o uso irracional de medicamentos: uma revisão bibliográfica. **Revista Bioética Cremego,** v. 2, n. 1, p. 55-60, 2020. Disponível em: https://www.cremego.org.br/wp-content/uploads/2025/05/REVISTA-BIOETICA-CREMEGO_1_2020.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

HIGA, M. A. O. et al. Automedicação em crianças e adolescentes. **Revista Multidisciplinar da Saúde,** v. 4, n. 3, p. 166-177, 2022. Disponível em: https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaMultiSaude/article/view/2034. Acesso em: 10 jan. 2026.

KLEIN, K. et al. Automedicação em crianças de zero a cinco anos: práticas de seus cuidadores/familiares. **Research, Society and Development,** v. 9, n. 7, p. e520974296-e520974296, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4296. Acesso em: 10 jan. 2026.

LIMA, F. S.; SILVA, H. A.; MEDEIROS, M. A.M. B. Perfil da automedicação e suas implicações entre estudantes de enfermagem: uma revisão narrativa de 2017 a 2022. **Revista de**

Saúde Pública do Paraná, v. 6, n. 3, p. 1-17, 2023. Disponível em: http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/845. Acesso em: 19 jan. 2026.

MANIERO, H. K. et al. Uso de medicamentos em crianças de zero a cinco anos de idade residentes no município de Tubarão, Santa Catarina. **Revista paulista de pediatria,** v. 36, n. 04, p. 437-444, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rpp/a/BtX53BKVKT4mHBTjTbsMF6q/?lang=pt. Acesso em: 17 jan. 2026.

NUNES, A. L. M.; VILELA, S. S.; SIQUEIRA, L. P. A automedicação em crianças e adolescentes através da influência parental: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development,** v. 11, n. 14, p. e534111436741, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/36741. Acesso em: 10 jan. 2026.

PAIM, R. S. P.; MULLER, A. C. Uso de medicamentos em crianças sem prescrição médica: uma revisão de literatura. **Varia Scientia - Ciências da Saúde,** v. 1, n. 2, p. 149-155, 2015. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/variasaude/article/view/12729. Acesso em: 10 jan. 2026.

PICCO, T. M. et al. Cuidado em saúde à criança na atenção primária em região de fronteira. **Escola Anna Nery,** v. 26, p. e20210104, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/Q94GfbFwY83KtNLzgCbnxwF/. Acesso em: 10 jan. 2026.

PINHO, L. L. et al. Uso indiscriminado de antibióticos e o risco de resistência bacteriana: revisão de literatura. **Brazilian Journal of**

Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 1, p. 438-452, 2024. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/download/1085/1382. Acesso em: 16 jan. 2026.

RIBEIRO, I. S.; SILVA, T. M. B. Dengue e a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis: uma revisão da literatura. **Cognitionis Scientific Journal,** v. 7, n. 2, p. e563, 2024. Disponível em: https://revista.cognitioniss.org/index.php/cogn/article/download/563/453. Acesso em: 15 jan. 2026.

SEMTCHUK, A. L. D.; LABEGALINI, C. M. G.; IAMAGUCHI-LUZ, K. C. S. Uso de medicamentos entre crianças em idade pré-escolar. **VI Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica,** p. 23-26, 2012. Disponível em: https://www.unicesumar.edu.br/mostra-2012/wp-content/uploads/sites/93/2016/07/ana_leticia_dias_semtchuk.pdf. Acesso em: 11 jan. 2026.

SILVA, É. C. V.; SILVA, L. S. Utilização de medicamentos na pediatria: automedicação em crianças de 0 a 10 anos mediada pelos pais e responsáveis no município de Campestre do Maranhão. **Ciências Biológicas, Ciências da Saúde,** v. 27, n. 123, 2023. Disponível em: https://revistaft.com.br/utilizacao-de-medicamentos-na-pediatria-automedicacao-em-criancas-de-0-a-10-anos-mediada-pelos-pais-e-responsaveis-no-municipio-de-campestre-do-maranhao/. Acesso em: 10 jan. 2026.

SILVA, J. C.; MARTINS, H. S. F.; CARVALHO, L. S. Percepção de pais frente à automedicação em crianças menores de 5 anos: uma revisão integrativa. **Revista Multidisciplinar em Saúde,** v. 1, n. 1, p. 22-35, 2019. Disponível

em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahuufma/article/view/13759/8972. Acesso em: 10 jan. 2026.

SILVA, J. G. et al. A prática da automedicação em crianças por seus pais: atuação da enfermagem. **Rev. Enferm. UFPE on line,** p. 1570-1577, 2018. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-981978. Acesso em: 10 jan. 2026.

SOUSA, L. B. et al. Práticas de educação em saúde no Brasil: a atuação da enfermagem. **Rev. Enferm. UERJ,** p. 55-60, 2010. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-18402. Acesso em: 10 jan. 2026.

SOUSA, L. M. M. et al. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. **Revista Investigação em Enfermagem,** v. 21, n. 2, p. 17-26, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/download/109616303/RIE21.pdf#page=17. Acesso em: 10 jan. 2026.

SOUZA, A. L. D. M. et al. Uso de medicamentos em crianças menores de um ano. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermagem Pediátrica,** v. 20, n. 1, p. 31–39, 2020. Disponível em: https://journal.sobep.org.br/submission/index.php/sobep/article/download/175/159. Acesso em: 10 jan. 2026.

SOUZA, P. M.; FERREIRA, F.; CRUZ, C. B. **Uso racional de medicamentos na pediatria: doenças na infância.** Brasília: UnB/HUB, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Patricia-Medeiros-Souza/publication/283351941_Uso_racional_de_medicamentos_em_pediatriadoencas_na_infancia_1/links/56367e3f08aeb786b703f20e/Uso

-racional-de-medicamentos-em-pediatriadoencas-na-infancia-1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

TELLES FILHO, P. C. P.; PEREIRA JÚNIOR, A. C. Automedicação em crianças de zero a cinco anos: fármacos administrados, conhecimentos, motivos e justificativas**. Escola Anna Nery,** v. 17, p. 291-297, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/n6ZTjzNhs6gVJYjtSHWtwfy/. Acesso em: 10 jan. 2026.

XAVIER, P. B. et al. Intoxicação exógena infantil e a atuação do enfermeiro. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde,** v. 15, n. 3, 2013. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10322197. Acesso em: 10 jan. 2026.

---

[1] Enfermeira (Instituição Christus Faculdade do Piauí-CHRISFAPI). Orcid: https://orcid.org/0009-0008-3113-9028. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Letras-espanhol (Universidade Estadual do Piauí- UESPI Campus Barras,PI). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Ma. Ciências da computação (Universidade federal do Piauí- IFPI, campus Teresina, PI). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Enfermeira (Instituição Christus Faculdade do Piauí-CHRISFAPI). Orcid: https://orcid.org/0009-0009-2438-9288. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[5] Serviço Social (Universidade Luterana do Brasil). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[6] Ma. Terapia Intensiva (Instituição IBRATI - DF). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6653-3817. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[7] Discente do curso de enfermagem da Instituição Christus Faculdade do Piauí-CHRISFAPI. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[8] Discente do curso de fisioterapia da Instituição Christus Faculdade do Piauí-CHRISFAPI. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[9] Letras-português (Centro Universitário Leonardo da Vince). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[10] Discente do curso de enfermagem da Instituição Christus Faculdade do Piauí-CHRISFAPI. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail